sequence=1]>. Acesso em: 08. dez. 202.

TELES, M. L. S. Educação- A Revolução Necessária, 4ªed, vozes- RJ, 2004.

TILMAN, D. Atividades com valores para Crianças de 3 a 6 anos. São Paulo, 2002.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS FATORES QUE ENVOLVEM A APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE AUTISTA

CLAUDIA LUANA ROSSI DOS SANTOS

RESUMO:

Os processos envolvidos na Educação Inclusiva estão cada vez mais presentes nas discussões educacionais e políticas. A legislação brasileira possui inúmeros desdobramentos nessa área, porém, quando se olha para as escolas, nem todas conseguem alcançar a inclusão de forma satisfatória. Portanto, este artigo teve como objetivo discutir a questão do Atendimento Educacional Especializado (AEE) voltado para os estudantes autistas. A pesquisa é de natureza qualitativa e os resultados encontrados apontaram os desafios enfrentados pelas escolas e pelos professores para desenvolver o processo de inclusão e o desenvolvimento de atividades diversificadas que levem esse estudante ao desenvolvimento de diferentes competências e habilidades, inclusive no aspecto socioemocional.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Transtorno do Espectro Autista.

ABSTRACT:

The processes involved in Inclusive Education are increasingly present in educational and policy discussions. Brazilian legislation has numerous developments in this area, however, when looking at schools, not all of them manage to achieve inclusion in a satisfactory way. Therefore, this article aimed to discuss the issue of Specialized Educational Assistance (AEE) aimed at autistic students. The research is of a qualitative nature and the results found pointed out the challenges faced by schools and teachers to develop the inclusion process and the development of diversified activities that lead this student to the development of different skills and abilities, including in the socio-emotional aspect.

Keywords: Inclusive Education. Specialized Educational Services. Autism Spectrum Disorder.

1 INTRODUÇÃO

O processo de inclusão começou inicialmente em países estrangeiros, pois até então as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade, assim como mulheres e negros. A ideia inicial era simplesmente incluir essa pessoa na sociedade sem grandes preocupações com seus direitos. Porém, com o tempo, essa visão mudou e com as mudanças que a sociedade também sofreu, foram criadas Políticas Públicas sobre o tema para que a inclusão

real começasse a acontecer.

Quando investigamos a Educação Especial no Brasil, percebemos que essa história é muito atual, pois a discussão incessante sobre o assunto começou há cerca de 70 ou 80 anos.

O autismo também tem sido alvo de hipóteses para psicanalistas, biólogos e geneticistas, permanecendo um verdadeiro enigma em relação à origem e evolução:

O autismo era objeto de hipóteses mecanizadas por biólogos, geneticistas e psicanalistas. Então, permanece um mistério a sua verdadeira origem e sua evolução. Sendo assim, é sem dúvidas difícil determinar se a manifestação é ativa ou voluntária dessas crianças, se tem posição com deficiências biogenéticas cujas origens ainda são ignoradas de modo que se articulam entre si, criando desordem e anarquia no universo dessas crianças (AMY, 2001, p. 19).

Para as crianças com autismo, a aprendizagem não ocorre da mesma forma, pois, para elas existe uma relação desigual entre o significado e o cérebro. As informações recebidas não são totalmente convertidas em conhecimento. O professor deve entender as diferenças entre cada estudante, pois, as crianças com autismo não estão presentes só para socializar, mas também para aprender.

Assim, na área da Educação tem-se como problemática o fato de que atualmente existem inúmeras classificações e diferentes formas de trabalhar, mas que mesmo assim muitas vezes deixam a desejar, contribuindo negativamente no desenvolvimento dos mesmos.

Dessa forma, este artigo teve como objetivo geral discutir a Educação Inclusiva baseada na legislação pertinente ao tema. Já como objetivos específicos tem-se a discussão sobre as questões relacionadas ao ensino e desenvolvimento de estudantes autistas em escolas regulares.

É de extrema importância discutir o assunto, pois, os estudantes autistas, devem receber o mesmo tipo de educação que os demais, trabalhando os aspectos cognitivos, e por isso, o trabalho deve incluir a todos.

Para a presente investigação, a metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO VOLTADA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Em 1854, o governo brasileiro passou a ver as pessoas com deficiência como pessoas que precisam ser respeitadas em suas necessidades e individualidades. Inicialmente, esses indivíduos frequentavam centros especializados que atendiam pessoas com deficiência visual e/ou auditiva e, portanto, no contexto educacional, não podiam frequentar as aulas regulares (BRASIL, 1854).

No mesmo ano, foi criado o Instituto Imperial dos Meninos Cegos, abrangendo o ensino fundamental, moral e religioso, além do trabalho fabril. Foi criado ainda o Instituto de Surdo mudos para oferecer educação intelectual, moral e religiosa (BRASIL, 1877).

Em 1926 foi criado o Instituto Pestalozzi para atender pessoas com deficiência mental. Em 1954, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) já oferecia atendimento médico-terapêutico para os mais variados tipos de deficiência. A entidade cresceu e está presente até hoje, trabalhando incansavelmente para levar autonomia às pessoas com deficiência.

No entanto, a referência legal voltada para a educação especial veio com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n.º 4024/61, relatando em seus artigos: Art. Integrar-se ao sistema geral de ensino para integrá-lo à comunidade; Art. 89 - Qualquer iniciativa privada julgada efetiva pelos Conselhos Estaduais terá tratamento especial por parte dos poderes políticos.

O Plano Setorial de Educação e Cultura no ano de 1972 incorporou por intermédio do projeto prioritário n.º 35, a educação especial como uma das maiores prioridades da educação brasileira.

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais que ocorreu em Salamanca, em 1994, também suscitou debates sobre a educação dessas pessoas. O documento discute a necessidade de incluí-los nas aulas regulares em que o professor deve desenvolver uma pedagogia centrada neste estudante.

O documento trazia ainda a orientação de que qualquer pessoa com alguma dificuldade de aprendizagem pode ser considerada como portadora de necessidades educacionais especiais, além da necessidade de a escola se adequar às especificidades dos estudantes e não vice-versa. No mesmo ano, a conferência introduziu mudanças no cenário educacional paulista. A Secretaria de Educação Especial de São Paulo (SEESP) publicou a Política Nacional de Educação Privada (PNEE), para apoiar as principais instruções discutidas na Conferência de Salamanca.

Em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) trouxe:

O grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana". O documento ainda discute as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar como a falta de formação continuada dos profissionais da educação, a acessibilidade e o atendimento educacional especializado como fatores que não contribuem para a efetivação do sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2007, p. 3).

Ainda quanto ao Brasil, pode-se destacar a Portaria Normativa nº 13/2007, que dispôs sobre o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), onde o governo pretendeu garantir o processo de inclusão através da disponibilização de equipamentos e materiais para as escolas da rede pública (BRASIL, 2007).

Trazendo esses dados para a atualidade, podemos observar uma mudança significativa no tratamento dado às pessoas com deficiência, principalmente no que diz respeito à Educação Especial. Isso porque essas pessoas saíram do isolamento social e passaram a se inserir em ambientes que respeitam a diversidade, como é o caso das escolas comuns.

O governo brasileiro passou a ter um olhar diferente a partir do momento em que percebeu a importância do tema, com as mobilizações realizadas em outros países, como foi o caso da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais em Salamanca, em 1994.

Dessa forma, outras mudanças importantes na Legislação e no campo educacional contribuíram para a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares de forma a estabelecer a integração socioeducativa, fazendo com que esses estudantes se sentissem mais pertencentes à sociedade em que estão inseridos.

No entanto, apesar desse avanço significativo, deve-se destacar que, apesar do disposto na lei, o que muitas vezes se vê nas escolas é a falta de acessibilidade, recursos, materiais, professores especializados, entre outras questões que interferem negativamente no processo de inclusão.

2.2 O TEA E SUA CLASSIFICAÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) está relacionado a uma série de condições caracterizadas por determinado grau de prejuízo no comportamento social, comunicação e linguagem, além de uma estreita relação de interesses e atividades que são exclusivas do indivíduo e que são realizadas de forma repetitiva (KHOURY et al., 2014).

Historicamente, a palavra foi usada pela primeira vez em 1911, a partir da pesquisa de Bleuler, entendendo o problema como uma característica da esquizofrenia. Em 1943, através dos estudos de Kanner, o autismo passou a ter uma definição clínica específica, deixando de ser julgado como tal: "[...] ele relata a fuga da realidade e o retraimento de adultos esquizofrênicos para o mundo interior" (SANTOS, 2019, p. 30).

Em 1944, Asperger publicou um trabalho listando características mais amplas do que as observadas por Kanner, incluindo casos envolvendo envolvimento orgânico. O pesquisador chamou a atenção para as peculiaridades dos gestos sem sentido e estereotipados, fala sem erros gramaticais, mas considerada monótona, bem como a forma de abordar as pessoas.

No entanto, em alguns casos, o pesquisador observou falta de contato visual e problemas de interação social entre as pessoas com o transtorno em suas relações familiares (BOSA et al., 2012).

Desta forma, historicamente, foram apresentados vários conceitos para o autismo, variando de acordo com a área de pesquisa. Ao longo do tempo, surgiram conceitos com a aplicação de termos que relacionam psicose e esquizofrenia ao autismo, aplicados por Kanner e Asperger, assim como o Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD).

Assim:

[...] as manifestações comportamentais que definem o TEA incluem comprometimentos qualitativos no desenvolvimento sociocomunicativo, bem como a presença de comportamentos estereotipados e de um repertório restrito de interesses e atividades, sendo que os sintomas nessas áreas, quando tomados conjuntamente, devem limitar ou dificultar

o funcionamento diário do indivíduo (APA, 2013 apud ZANON et al, 2014, p.25).

Na década de 1980, a Classificação Internacional de Doenças (CID) com relação a síndrome foi publicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), classificando o autismo como uma forma de esquizofrenia, associando-a a psicose infantil.

O CID-10 considerava o autismo como um transtorno global do desenvolvimento caracterizado por desenvolvimento anormal ou alterado, que poderia ser reconhecido antes dos três anos de idade. Nele há um distúrbio característico entre interações sociais, comunicação e comportamento repetitivo, acompanhado de outras manifestações como fobias, distúrbios do sono e agressividade (CID-10, 1997, p. 367).

Atualmente, a área de Neurociências classifica o autismo como uma patologia neurológica utilizando o termo Transtorno do Espectro Autista (TEA), que inclui o próprio autismo, a Síndrome de Rett e a Síndrome de Asperger (CONSENZA e GUERRA, 2011).

A classificação mais recente publicada em 2022, consolidou todos os diagnósticos relacionados a essa condição em um único código, 6A02, dentro do CID-11, com apenas subdivisões para deficiências como a intelectual e linguagem funcional. A ideia foi a de contribuir com o diagnóstico para facilitar o atendimento na área da saúde. Assim, reuniu-se o autismo infantil, a Síndrome de Rett, a Síndrome de Asperger, transtorno com hipercinesia e o transtorno desintegrativo da infância (DONDEO, 2022).

Esse transtorno está associado a uma série de características, com diferentes níveis de gravidade e ligação com outros tipos de transtornos, fazendo com que cada indivíduo apresente um caso, o que as vezes dificultava até então a identificação pelos profissionais clínicos.

A informação de que fatores genéticos estão entre as causas do autismo ou TEA já é de domínio público. Para responder a pergunta de como o autismo pode ter origem genética se não há ninguém com essa condição dentro da família, as alterações genéticas somada aos fatores ambientais, são chamamos de modelos de herança. Portanto, cada caso de autismo pode se enquadrar em um desses modelos, o que torna o aconselhamento genético diferente para cada situação familiar específica (DE RUBEIS e BUXBAUM, 2015).

O impacto das alterações genéticas detectadas nos casos de TEA e o número mínimo de alterações para cruzar o limiar ainda são desconhecidos. Novamente, a contribuição de fatores ambientais como fatores de risco adicionais não pode ser descartada. Algumas dessas alterações genéticas relacionadas ao TEA podem estar presentes em indivíduos com outras condições, como esquizofrenia, deficiência intelectual e convulsões. Ainda não se sabe qual conjunto de alterações genéticas pode levar a cada uma dessas condições.

Este quadro, felizmente, não é estático para este transtorno. Na maioria, as pessoas com autismo podem com atendimento específico, se desenvolver a partir das atividades escolares. As pessoas autistas às vezes surpreendem pais e psicólogos, pois apresentam níveis muito altos de desempenho em algumas áreas muito

específicas, por exemplo, tocar piano de forma brilhante.

No caso do Brasil, embora não existam estudos epidemiológicos que possam melhor calcular os dados nacionais, uma pesquisa realizada nos últimos anos indicou taxas de autismo de 27,2 casos por 10.000 habitantes (LEVENSON, 2015).

Assim, Onzi e Gomes (2015), defende a importância do diagnóstico e da reabilitação, ou seja, diante de um diagnóstico de TEA, a família tende a buscar mais informações sobre o diagnóstico e, portanto, o tratamento e participação da família é de suma importância.

2.3 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

No Brasil, até meados do século XVIII havia muita exclusão, pois, as pessoas com deficiência eram afastadas do convívio social, não tendo seus direitos preservados ou mesmo aceitos pela sociedade.

No século seguinte começaram os movimentos de segregação parcial de sujeitos considerados de risco social, tendo acesso a instituições específicas, como a APAE, voltadas ao atendimento desse público em especial por meio da assistência, educação e capacitação profissional, segundo suas habilidades.

A implementação das leis voltadas à inclusão no país trouxe mudanças muito importantes no conceito de inclusão para a sociedade. Os investimentos do Estado em políticas públicas, educação e participação social dessas pessoas têm sido estruturados de acordo com os desejos das pessoas com deficiência e suas famílias.

Pensando no processo educativo:

O simples fato de o aluno frequentar a escola, tendo a oportunidade de conviver com os demais colegas e professores, justificaria sua permanência em sala de aula. Negligencia-se a construção do conhecimento em prol da socialização do sujeito" (HATTGE e KLAUS, 2014, p. 329).

Nesse quesito, o processo de inclusão deve não apenas priorizar a participação desses estudantes em sala, mas também proporcionar oportunidades de aprendizagem para todos os demais. A escola deve estar comprometida com o desenvolvimento de todos, por isso nos processos de inclusão há uma grande preocupação com os materiais e a implementação de metodologias de ensino que possam significar uma aprendizagem para todos, tendo em conta as necessidades e potencialidades específicas de cada um.

O que muitas vezes se vê é uma grande preocupação centrada nas metodologias de ensino. Assim, segundo os autores, a inclusão ainda é vista como algo que acontece de forma isolada do restante do processo.

Ou seja, é preciso considerar que estratégias diferenciadas são essenciais para o desenvolvimento dos estudantes:

Criar e organizar estratégias que percebam as questões individuais e de grupo, que permeiam o processo de aprendizagem, e utilizá-las a seu favor, seja como pistas para estudo e pesquisa, seja como produção de práticas pedagógicas que tencionem permanentemente os processos de ensino e aprendizagem implementados em sala de aula (HATTGE

e KLAUS, 2014, p. 330).

Orrú (2012) aponta que uma das características mais marcantes em relação ao desenvolvimento de crianças autistas percebidas na escola, são os déficits de comunicação e linguísticos, a ausência de linguagem verbal ou seu desenvolvimento tardio.

Essas dificuldades observadas nos autistas são erroneamente indicados pelo grupo social em que estão inseridos, onde o baixo investimento nos processos de socialização e educação se baseia em uma visão que considera seu nível de desenvolvimento inferior ao das demais crianças.

Assim, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, CNE nº 04/2009, relata que:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

A criança com deficiência requer um olhar sensível, compreensivo e adaptativo do profissional da educação às atividades e interação social. Cada deficiência tem suas particularidades e singularidades, mas isso não torna o estudante um ser inerte, ele pode aprender, ensinar e desenvolver suas habilidades.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), funciona de forma geral assim: os estudantes com deficiência são colocados em sala com outros estudantes durante o período de aula e em horário oposto ao da turma na sala de AEE, a fim de que um professor especializado, avalie e acompanhe se a inclusão está realmente ocorrendo e se o estudante está progredindo no percurso formativo.

Por meio de atividades monitoradas, sempre respeitando e em paralelo o que o professor regular ensina, o profissional acompanha o desenvolvimento desse estudante.

Uma forma é a musicoterapia. Ela consiste em uma técnica de terapia que utiliza a música com o objetivo de acentuar potencialidades através da aplicação de métodos e técnicas, combinados com outras habilidades, incluindo a percepção (ONZI e GOMEZ, 2015).

Vários recursos devem estar disponíveis para promover a educação dos estudantes com deficiência. Diversos jogos que estimulam o raciocínio lógico e espacial, coordenação motora, matemática e português, ajudam o estudante a diversificar seus conhecimentos e a aprender de forma divertida. Uma opção para crianças cuja deficiência pode gerar falta de concentração, como ocorre muitas vezes com os estudantes autistas, cores e desenhos podem atrair e despertar o desejo de descobrir e usar a ferramenta.

Por isso, é preciso levar em consideração as habilidades do estudante para facilitar o seu desenvolvimento:

No caso do autista, o que está em jogo são as habilidades. É nelas que se deve investir para, assim, desenvolver as

inabilidades (...). Isso reafirma a necessidade de não se esperar um comportamento dado, ao que a maioria dos indivíduos do espectro autista não corresponde (BASÍLIO e MOREIRA, 2014 p. s/n).

Assim, em alguns casos: "A criança autista apresenta uma aderência inflexível a rotina ou rituais reagindo com intensa ansiedade a mudanças imprevistas no ambiente" (SURIAN, 2010, s/p.); cabendo ao professor a utilização de uma metodologia eficaz para todos a fim de diminuir o estresse ocasionado pelo ambiente escolar.

O professor deve exercer tolerância, paciência, solidariedade, amizade e sobretudo confiança, junto aos estudantes, para que a criança se sinta apoiada e acolhida por toda a turma:

[...] para que ocorra a educação para uma criança autista, alguns fatores devem ser levados em consideração, por exemplo: a dificuldade de comunicação do autista, dificuldade na fala e as alterações repentinas de humor dessas crianças (PEREIRA, et al., 2013, p. 65).

Compreender e identificar como os estudantes se situam no mundo a partir de suas características individuais, permite ao professor desenvolver uma prática que contribua para o desenvolvimento em consonância com os objetivos dessa fase.

3. CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão de crianças autistas deve atentar para a oportunidade de participação e aprendizagem desses estudantes. A escola deve estar comprometida com seu desenvolvimento e preocupada com o processo de inclusão, materiais didáticos e metodologias que possam significar uma aprendizagem individualizada, levando em consideração as necessidades específicas dos mesmos.

Há necessidade de desenvolvimento baseado em conhecimentos teóricos, práticos e científicos, que auxiliem o trabalho do professor. No entanto, é necessário esclarecer que para crianças com autismo, a aprendizagem não ocorre da mesma forma que para as demais, pois existe uma relação diferenciada entre os processos cognitivos e o funcionamento do cérebro.

Essas dificuldades que se constatam são, sobretudo, evidenciadas pelo grupo social em que estão inseridas, onde o baixo investimento em educação faz prevalecer a visão de baixo desenvolvimento em relação às demais crianças.

Para que essa interação ocorra, é necessário fortalecer a formação docente e criar uma rede de apoio entre professores, diretores e principalmente famílias para que haja um retorno efetivo à educação inclusiva de qualidade. Além disso, a participação das famílias deve ser vista como parte importante da constituição do trabalho e do planejamento educacional.

Portanto, a participação da família na escola ajuda a definir o sucesso ou fracasso do processo de inclusão do estudante autista na escola.

REFERÊNCIAS

AMY, M.D. Enfrentando o autismo: a criança autista seus pais e a relação Terapêutica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,

2001.

BASÍLIO, A.; MOREIRA, J. Autismo e escola: os desafios e a necessidade de inclusão. Disponível em: http://educacaointegral.org.br/noticias/autismo-escola-os--desafiosnecessidade-da-inclusao/. Acesso em: 06 fev. 2022.

BOSA, C.A.; SIFUENTES, M.; SEMENSATO, M.R. Coparentalidade e autismo:

Contribuições teóricas e metodológicas. In Piccinini, C. A. & Alvarenga, P. (Orgs.), Maternidade e Paternidade – A parentalidade em diferentes contextos, São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2012, pp. 269-293.

BRASIL. Decreto nº 1.428, de 12 de setembro de 1854. Cria nesta Corte um instituto denominado Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, parte 1, p. 295-300, 1854.

BRASIL. Decreto nº 6.760, de 1º de dezembro de 1877. Cria os conselhos que têm de administrar o patrimônio do Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto dos SurdosMudos. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 2, p. 938-9, 1877.

BRASIL. Portaria normativa nº 13. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC. 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=8 17. Acesso em 08 fev. 2022.

CID-10. Organização Mundial de Saúde. Classificação de doenças em português. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 1997.

CONSENZA, R.M.; GUERRA, L.B. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto alegre, Artmed, 2011.

DE RUBEIS, S.; BUXBAUM, J.D. Genetics and genomics of autism spectrum disorder: embracing complexity. Human molecular genetics, 2015, 24(R1), R24-R31.

DONDEO, S. Veja o que mudou na classificação do autismo e nos pedidos de tratamento. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/357590/o-que--mudou-naclassificacao-do-autismo-e-nos--pedidos-de-tratamento. . Acesso em: 04 fev. 2022.

HATTGE, M.D.; KLAUS, V. A Importância da Pedagogia nos Processos Inclusivos.

Revista Educação. Especial | v. 27 | n. 49 | p. 327-340| maio/ago. 2014 Santa Maria. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5902/1984686X7641. Acesso em: 07 fev. 2022.

KHOURY, L.P.; TEIXEIRA, M.C.T.V.; CARREIRO, L.R.R.; SCHWARTZMAN, J.S.;

RIBEIRO, A.F.; CANTIEIRI, C.N. Manejo comportamental de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo em condição de inclusão escolar: guia de orientação a professores [livro eletrônico]. -- São Paulo: Memnon, 2014, 54 p.

LEVENSON, D. Autism in siblings often caused by different faulty genes, study says. Am J Med Genet A. 2015;167 (5): 5-14.

ONZI, F.Z.; GOMES, R.D.F. Transtorno do Espectro Autista: A importância do diagnóstico e reabilitação. Caderno Pedagógico. v. 12, n. 3, p. 188-199, 2015. Disponível em: http://univates.br/revistas/index.